

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
UTE GNA I Geração de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UTE GNA I Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da UTE GNA I Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram o mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor de ativos em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o cálculo do valor recuperável da UGC, utilizou-se do método de fluxo de caixa futuro descontado, com base em projeções econômico-financeiras.</p> <p>Devido às incertezas inerentes relacionadas com as projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado, projeção da receita na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Entendimento do processo de preparação e revisão do modelo de negócios e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia.(ii) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e as metodologias utilizadas na preparação do modelo de fluxo de caixa futuro descontado, como a avaliação do crescimento econômico projetado para o setor, estimativa das receitas projetadas, a inflação e precificação de custos e as taxas de desconto, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e internas.(iii) Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros descontados e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com o ciclo orçamentário aprovado pela Administração.(iv) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, principalmente em relação ao teste do valor em uso e sua comparação com o valor recuperável <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, mas não limitados a eles, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos ativos, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

- Recuperabilidade do Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja Nota Explicativa 9 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrados valores relevantes de ativos fiscais diferidos referentes a prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social.</p> <p>O registro contábil foi efetuado considerando projeção elaborada pela Companhia sobre o montante de lucros tributáveis disponíveis no futuro para realização desses ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das demonstrações financeiras pelo alto grau de julgamento das estimativas utilizadas na determinação de bases tributárias futuras, advindas da projeção de resultado da Companhia que levam em consideração premissas relevantes.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Entendimento do processo de preparação e revisão do modelo de negócios e análises da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos da Companhia(ii) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas na preparação da projeção dos lucros tributáveis futuros, como, estimativa das receitas projetadas, a inflação e precificação de custos, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e internas.(iii) Conferência aritmética dos modelos econômicos da projeção de lucros tributáveis futuros, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com o ciclo orçamentário aprovados pela Administração.(iv) Avaliação das análises preparadas pela Administração para a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos na extensão pela qual haverá lucros tributáveis futuros suficientes para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social reconhecidas.(v) Avaliamos ainda a adequação das divulgações nas notas explicativas, incluindo os valores adicionais de ativos fiscais diferidos não reconhecidos devido às incertezas relevantes para recuperação. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajuste que afetou a mensuração e a divulgação do imposto de renda e contribuição social diferido ativo que foi integralmente registrado e divulgado pela administração. Adicionalmente, identificamos ajuste imaterial, o qual não foi registrado pela administração, por ter sido considerado imaterial.</p>

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, mas não limitados a eles, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo dos ativos fiscais diferidos, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Juliana Ribeiro de Oliveira
Contadora CRC RJ-095335/O-0

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	186.580	93.592
Depósitos bancários vinculados	9	85.229	98.178
Clientes	11	202.901	123.041
Contas a receber - partes relacionadas	10	14.734	149.631
Estoques	12	70.981	191.764
Adiantamentos		5.209	19.917
Despesas antecipadas	13	37.377	44.051
Impostos a recuperar	14	5.042	2.858
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	16	16
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	3.667
Outros valores a receber		-	25.590
Total do ativo circulante		608.069	752.305
Não circulante			
Despesas antecipadas	13	276	2.013
Impostos a recuperar	14	3	3
Impostos diferidos	15	587.316	434.943
Depósitos bancários vinculados	9	11.654	10.472
Imobilizado	16	4.346.296	4.507.502
Intangível	17	28.738	30.268
Direito de uso	18	295.199	302.947
Total do não ativo circulante		5.269.482	5.288.148
Total do ativo		5.877.551	6.040.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	19	99.276	127.094
Salários e encargos a pagar	20	12.441	11.601
Contas a pagar - partes relacionadas	10	144.046	191.821
Empréstimos e financiamentos	23	380.551	3.351.522
Impostos e contribuições a recolher	21	31.891	5.469
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	38.095	640
Instrumentos financeiros derivativos	31	16.951	8.042
Passivos de arrendamento	18	93.504	154.579
Outras Contas a Pagar		80	80
Total do passivo circulante		816.835	3.850.848
Não circulante			
Fornecedores	19	39.725	39.725
Contas a pagar - partes relacionadas	10	506.257	382.532
Mútuo - partes relacionadas	10	217.133	192.443
Empréstimos e financiamentos	23	3.042.528	-
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	-	32.188
Instrumentos financeiros derivativos	31	2.403	-
Salários e encargos a pagar	20	1.670	-
Provisão para contingências	24	279	-
Impostos diferidos	15	18.003	-
Passivos de arrendamento	18	552.559	554.929
Total do passivo não circulante		4.380.557	1.201.817
Patrimônio líquido			
Capital social	25	1.007.002	925.802
Reservas de capital		1.007.002	925.802
Outros resultados abrangentes		(12.219)	(1.865)
Prejuízos acumulados		(1.321.626)	(861.951)
Total do patrimônio líquido		680.159	987.788
Total do passivo e patrimônio líquido		5.877.551	6.040.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	26	995.073	1.120.305
Custo de bens e/ou serviços	27	(932.471)	(1.081.722)
Resultado bruto		62.602	38.583
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	28	(45.658)	(34.269)
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	8 e 12	(11)	22.596
Outras receitas	29	20.148	173
Outras despesas	29	(103.600)	-
Resultado antes do resultado financeiro		(66.519)	27.083
Resultado financeiro	30		
Receitas financeiras		241.689	400.495
Despesas financeiras		(765.480)	(1.029.536)
Resultado financeiro líquido		(523.791)	(629.041)
Resultado antes dos impostos		(590.310)	(601.958)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	130.635	203.347
Prejuízo líquido do exercício		(459.675)	(398.611)
Resultado por ação			
Prejuízo por ação ordinária - básico e diluído em R\$		(0,22824)	(0,21528)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	(459.675)	(398.611)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Perdas em operações hedge	(14.137)	(23.466)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	3.734	9.360
Outros	49	(890)
Total do prejuízo abrangente do exercício	<u>(470.029)</u>	<u>(413.607)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Capital		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	925.802	925.802	13.131	(463.340)	1.401.395
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(398.611)	(398.611)
Perdas operações hedge	-	-	(14.996)	-	(14.996)
Saldo em 31 de dezembro 2022	925.802	925.802	(1.865)	(861.951)	987.788
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(459.675)	(459.675)
Aumento de capital	81.200	-	-	-	81.200
Aumento de reserva de capital	-	81.200	-	-	81.200
Perdas operações hedge	-	-	(10.354)	-	(10.354)
Saldo em 31 de dezembro 2023	1.007.002	1.007.002	(12.219)	(1.321.626)	680.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(590.310)	(601.958)
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	232.169	270.109
Baixa do imobilizado	11.469	-
Baixa de contas a receber - partes relacionadas	101.640	-
Diferimento de seguro	46.844	44.044
Provisão de contingências	279	-
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	11	(22.596)
Encargos setoriais e benefícios tributários – provisão	14.354	18.762
Variação monetária e cambial	(39.103)	27.822
Juros sobre mútuo	24.690	20.875
Juros sobre contrato – subordinado	6.302	5.976
Inefetividade – hedge	6.242	559
Juros sobre passivo de arrendamento	91.075	169.241
Variação cambial sobre passivo de arrendamento	(39.151)	(85.670)
Juros apropriados sobre empréstimos bancários	382.462	422.584
Encargos financeiros / Fee apropriados	24.681	24.377
Ganho/Perda hedge	6.304	59.434
Custo de transação	42.181	48.017
Resultado líquido ajustado	322.139	401.576
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		
Impostos a recuperar	(2.184)	29.430
Despesas antecipadas	(5.454)	(60.027)
Clientes	(79.860)	593.101
Estoques	151.792	(147.559)
Adiantamentos	14.708	(4.303)
Outros valores a receber	31.681	19.990
Contas a receber - partes relacionadas	33.257	(257)
Fornecedores	(29.070)	28.417
Contas a pagar - partes relacionadas	52.312	(69.552)
Impostos e contribuições a recolher	26.422	(47.812)
Encargos setoriais e benefícios tributários	(9.087)	(12.157)
Liquidação de operações de hedge - custo	(6.304)	(59.434)
Salários e encargos a pagar	2.510	(1.895)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	502.862	669.518
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(66.102)	(34.437)
Aquisição de bens do intangível	(306)	(503)
Obrigações com terceiros	-	(18.953)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(66.408)	(53.893)

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital por acionista	81.200	-
Aumento de reserva de capital por acionista	81.200	-
Pagamento passivo de arrendamento	(141.502)	(144.359)
Pagamento de principal de empréstimos	(130.998)	(76.883)
Pagamento de juros de empréstimos	(223.296)	(292.464)
Pagamento de encargos financeiros	(23.473)	(25.152)
Depósito bancário vinculado	13.590	83.394
Obrigações com terceiros	-	(253.774)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(343.279)	(709.238)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	93.175	(93.613)
No início do período	93.592	186.963
No fim do período	186.580	93.592
Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa	187	(242)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	93.175	(93.613)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.125.979	1.270.131
Outras receitas	62.890	173
	<u>1.188.869</u>	<u>1.270.304</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(567.469)	(684.315)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.702)	(18.177)
Perda/recuperação de valores ativos	(146.353)	22.596
Outras	3.672	4.333
	<u>(726.852)</u>	<u>(675.563)</u>
Valor adicionado bruto	<u>462.017</u>	<u>594.741</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(231.452)	(270.020)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>230.565</u>	<u>324.721</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	241.689	400.495
Imposto de renda diferido	130.635	203.347
	<u>372.324</u>	<u>603.842</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>602.889</u>	<u>928.563</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	10.637	9.393
Benefícios	3.078	3.879
FGTS	692	649
	<u>14.407</u>	<u>13.921</u>
Tributos		
Federais	135.624	154.948
Estaduais	124.442	114.961
Municipais	986	970
	<u>261.052</u>	<u>270.879</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	765.480	1.029.536
Aluguéis	21.625	12.838
Outras	-	-
	<u>787.105</u>	<u>1.042.374</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(459.675)	(398.611)
	<u>(459.675)</u>	<u>(398.611)</u>
	<u>602.889</u>	<u>928.563</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A UTE GNA I Geração de Energia S.A. (“UTE GNA I” ou “Companhia”) com sede em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 17 de setembro de 2015 e em 20 de outubro de 2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. Em 28 de janeiro de 2021 passou a ter como acionistas de controle em conjunto as empresas: Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. (“GNA Infra”), Siemens Participações Ltda (“Siemens”) e SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“SPIC”), subsidiária da State Power Investment Corporation da China.

A UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL (“Terminal de Regaseificação”), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú. A empresa faz parte do desenvolvimento do chamado “Açú Gás Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

A usina termelétrica UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV, entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16 de setembro de 2021.

A UTE GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing (“bpGM”) – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a Companhia, em 17 de novembro de 2017. A Companhia segue cumprindo todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a Companhia pagou, em 07 de março de 2022 e 11 de março de 2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros.

No dia 29 de julho de 2022 a Companhia propôs procedimento arbitral contra a bpGM com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema (“ONS”), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement (“LNG SPA”) e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement (“Short Term LNG SPA”), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. Em 01 de março de 2023 a UTE GNA I apresentou suas alegações iniciais ao Tribunal Arbitral. Em 14 de junho de 2023 a bpGM apresentou sua defesa. Em 01 de dezembro de 2023 a UTE GNA I apresentou sua réplica. Em 26 de janeiro de 2024 a bpGM apresentou sua tréplica. Por fim, aguarda-se a realização da audiência entre o tribunal e as partes entre os dias 04 e 08 de março de 2024.

A Companhia informa que a propositura do procedimento arbitral não resultará em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA.

a. Licenças e autorizações

A Companhia possui licenças ambientais para até 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado.

Descrição	Documento	Data de Emissão	Vigência
<p>Licença de Operação para Linha de Transmissão Açú-Campos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA I)</p> <p>(i) Ficam excluídas as condições de validade nº 15 e 21. (ii) Fica incluída a condição de validade nº41: 41-Atender à Resolução INEA nº 64/2012, que dispõe sobre a apresentação de Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa para fins de licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro. (iii) Ficam alteradas as condições de validade nº 8, 14, 17, 32.6 e 32.7: 8- A empresa deverá exigir, via contrato, a vinculação das empresas terceirizadas ao PROCON FUMAÇA PRETA (Resolução CONEMA Nº. 58/13) e enviar anualmente cópia ao INEA. Caso possua ou venha a adquirir frota veicular a diesel própria, deverá atender à NOP-INEA-14. 14- Atender à NOP IN-A - 01: Programa de monitoramento de emissões de fontes fixas para a atmosfera-a - PROMON AR, aprovada pela Resolução CONEMA Nº 84/2018, monitorando, semestralmente, as chaminés dos geradores de energia elétrica, para os parâmetros: Material Particulado Total (MPT), Óxidos de Nitrogênio (NOx) e Óxidos de Enxofre (SOx). 17- Aferir níveis de pressão sonora utilizando metodologia atualizada condizente com a norma estabelecida pela ABNT NBR 10151:2019 Versão Corrigida: 2020. 32.6- Realizar campanhas semestrais para os Programas de Monitoramento da Fauna Terrestre, Monitoramento da Biota Marinha, Monitoramento de Cetáceos e Monitoramento dos Quelônios. 32.7- Manter durante toda a operação o programa de foto mitigação ambiental e evitar a formação de horizonte luminoso, conforme determina a Portaria nº. 11/95 do IBAMA/MMA.</p> <p>Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.338,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SACO DANTAS, S/N, AREA 1 E AREA-2 - UTE GNA-I - PRAIA DO AÇU, município SÃO JOÃO DA BARRA.</p>	<p>LO Nº IN051350 e LO Nº IN006540 AVB004490</p>	<p>26/05/2020</p>	<p>26/05/2030</p>
	<p>LO Nº IN051787</p>	<p>08/12/2020</p>	<p>08/12/2028</p>

b. Continuidade operacional

As informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

No exercício de 2022, em decorrência de eventos não recorrentes, foi apurado o índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida (“ICSD”) abaixo do limite estabelecido em contrato no montante de 1,10 vezes. Tal situação foi devidamente tratada pela administração através de um aporte adicional de capital por parte dos acionistas em montante equivalente à sua participação acionária na Companhia, incrementando o Capital Social na data de 20 de abril de 2023, pelo valor de R\$ 162.400, conforme mencionado na nota 25 patrimônio líquido.

Em 21 de junho de 2023, o montante de dívida correspondente a um período de realização superior a 12 meses foi devidamente reclassificado para o passivo não circulante, como resultado do aporte de capital dos acionistas para cura do covenants, conforme mencionado acima.

A Companhia sofreu prejuízo líquido no montante de R\$ 459.675 para o período findo em 31 de dezembro de 2023 (e prejuízo líquido de R\$ 398.611 em 31 de dezembro de 2022), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 208.766 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 3.098.543 em 31 de dezembro de 2022).

Ressaltamos que está previsto para o primeiro semestre de 2024 o início do comissionamento de UTE GNA II, fato que permitirá um compartilhamento de custos de UTE GNA I com significativa melhora da margem operacional da Companhia. Além disto, a margem operacional é positivamente impactada anualmente pelo efeito combinado de receitas fixas indexadas ao IPCA, balanceada por custos fixos e despesas gerais evoluindo abaixo da inflação. Por fim, a amortização do saldo devedor da dívida confere um perfil decrescente de gastos com juros a cada exercício.

Conforme mencionado na nota 34 eventos subsequentes, a UTE GNA I obteve a título de capital de giro o montante de R\$ 150.000.

A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a Companhia terá geração de caixa gradativamente melhorada ao longo dos períodos, e suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos de curto e longo prazos. Portanto, a administração considera em sua melhor estimativa que o risco de ocorrência de quaisquer inadimplementos e consequente continuidade operacional estão mitigados.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justos por outros resultados abrangentes.

4 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 15 - reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas 16 e 17 - definição da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis, bem como a avaliação da recuperabilidade dos ativos;

Nota 16.1 – Avaliação de trigger e do teste para impairment: principais premissas em relação aos valores recuperáveis dos ativos;

Nota 24 – Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, clientes, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão – para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e Mensuração Subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base:

no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros;

nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a Custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *Impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *Impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(ii) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início de relacionamentos de hedge designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes – ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

b. Imobilizado

b.1 Imobilizado em operação e administrativo

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Companhia.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	25 anos
Imobilizado em operação (*)	23 anos

(*) A Companhia contratou a consultoria de empresa especializada em avaliação de vida útil de ativos durante o exercício de 2021 para avaliar o imobilizado em operação.

Itens de Imobilizado (operação)	Tempo de depreciação
Edificações, Obras civis e benfeitorias	23 anos
Máquinas e equipamentos	6 a 23 anos
Móveis e utensílios	6 a 23 anos
Servidões	23 anos
Softwares	5 anos
Veículos	7 anos

b.2 – Peças sobressalentes O&M e LTMP

Reconhecimento e mensuração

As peças sobressalentes são reconhecidas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de uma peça sobressalente são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Companhia.

A vida útil estimada das peças sobressalentes é de 23 anos, devido elas fazerem parte de um conjunto de peças que formam uma turbina a vapor.

c. Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

O direito de comercialização de energia possui taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento do contrato de *Power Purchase Agreement* (PPA).

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Licença de uso de Software	5 anos
Direito de exploração	23 anos

d. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio.

f. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa a ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado seguindo IFRS 15 e de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão.

g. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica da Companhia, referentes ao contrato de autorização, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

h. Pesquisa e desenvolvimento (encargos setoriais)

As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida – ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

k. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

n. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

Esta política foi aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Os prazos dos contratos de arrendamento vigentes em 2023 são:

FSRU	23 anos
Terreno	23 anos
Sala Comercial	5 anos

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso de arrendamento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos com valores abaixo de USD 5 mil e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o. Informações por segmento

A Companhia opera um único segmento operacional geração de energia a gás. O segmento foi definido com base no produto e serviço prestado e reflete a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes como *Covenants*.
- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40 / IFRS 7).
- Outras normas contábeis – Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02 / IAS 21).

Com base na avaliação da Administração, as normas não afetarão materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

8 Caixa e equivalente de caixa

	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e bancos (a)	123.223	45.363
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (a)	63.387	48.248
	186.610	93.611
Provisão de perda esperada (b)	(30)	(19)
Total	186.580	93.592

- (a) O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2023 é composto por conta corrente nos bancos Santander, Bradesco Banco do Brasil, BTG Pactual e Citibank (onshore) e aplicação em CDB no Citibank e Banco BNP Paribas, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Em 20 de abril de 2023 houve o aumento de capital dos acionistas no montante de R\$ 162.400 conforme mencionado na nota 25 letras a e b.
- (b) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 02 de abril de 2023, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Rating, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Em milhares de Reais

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	186.610	0,01%	(30)

- (1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 02/04/2023.

A movimentação da perda estimada no ano foi:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	(114)
Reversão	95
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(19)
Adição	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(30)

9 Depósitos bancários vinculados

	2023	2022
Ativo circulante		
Depósito para serviço da dívida	85.229	98.178
	85.229	98.178
Ativo não circulante		
Depósito NTN-B (a)	11.654	10.472
	11.654	10.472

- (a) Em maio de 2019, a GNA I cedeu fiduciariamente em garantia, em favor do BNDES, Títulos Públicos Federais 2.619 títulos (NTN-B 2035), com vencimento em 2035, que permanecerão disponíveis até o final das obrigações no contrato de financiamento. A quantidade de títulos não sofreu alteração desde a aquisição.

A movimentação em 31 de dezembro 2023 e 2022 do título foram:

	Títulos públicos federais (NTN-B 2035)	Depósito vinculado	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	10.659	180.958	191.617
Pagamento para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	(180.958)	(180.958)
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	98.178	98.178
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(614)	-	(614)
Provisão de juros (nota 30 resultado financeiro)	427	-	427
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.472	98.178	108.650
Pagamento para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	(98.178)	(98.178)
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	85.229	85.229
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(641)	-	(641)
Provisão de juros (nota 30 resultado financeiro)	1.823	-	1.823
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.654	85.229	96.883

10 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Companhia estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Companhia, as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas sob controle comum, acionistas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo:		
Contas a receber - circulante		
GNA Infra - Controlador em conjunto (a)	411	248
GNA HoldCo - Acionista indireto (a)	833	424
UTE GNA II - Sob controle comum (a)	2.483	2.715
Siemens Energy – Acionista indireto (g)	-	146.244
Siemens Aktiengesellschaft – Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (j)	8.312	-
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (k)	2.695	-
Total do Ativo	<u>14.734</u>	<u>149.631</u>
Passivo:		
Contas a pagar		
Contas a pagar - transações - circulante		
GNA HoldCo - Acionista indireto (a)	298	289
GNA Infra - Controlador em conjunto (a)	29	12
UTE GNA II - Sob controle comum (a)	205	27
Porto do Açu Operações S.A - Investida do acionista (b) e (f)	2.565	1.887
Siemens Aktiengesellschaft – Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c) e (j)	98.816	189.517
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	42.090	-
Reserva Ambiental Fazenda Caruara - Investida do acionista (e)	43	53
Águas Industriais do Açu S/A - Investida do acionista (h)	-	36
Total	<u>144.046</u>	<u>191.821</u>

Contas a pagar - transações - não circulante

BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	56.067	60.153
Total	<u>56.067</u>	<u>60.153</u>

Contas a pagar - contrato subordinado - não circulante

Porto do Açú Operações S.A - Investida do acionista (i) e (l)	-	19.085
Siemens Ltda - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (i)	55.139	27.173
Siemens Energy - Acionista indireto (i)	18.649	10.918
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (i)	376.402	265.203
	<u>450.190</u>	<u>322.379</u>
Total	<u>506.257</u>	<u>382.532</u>

Contas a pagar - mútuo - não circulante

GNA Infra - Controlador em conjunto (m)	92.605	82.075
Siemens Participações – Controlador em conjunto (m)	52.857	46.846
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (m)	71.671	63.522
Total	<u>217.133</u>	<u>192.443</u>

Resultado:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos sobre contrato subordinado		
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d) e (i)	(130.374)	(192.011)
Siemens Energy – Acionista indireto (i)	(36.546)	(38.092)
	<u>(166.920)</u>	<u>(230.103)</u>
Gastos e reembolsos compartilhados		
GNA HoldCo - Acionista indireto (a)	2.537	945
GNA Infra - Controlador em conjunto (a)	2.859	2.387
UTE GNA II - Sob controle comum (a)	26.825	23.103
Prumo Logística S.A - Controladora do acionista indireto (b)	(6)	-
Porto do Açú Operações S.A - Investida do acionista (b)	22	(95)
	<u>32.237</u>	<u>26.340</u>
Outros resultados		
Siemens Energy – Acionista indireto (g)	(111.840)	-
	<u>(111.840)</u>	<u>-</u>
Despesas Financeiras - juros sobre mútuo		
GNA Infra - Controlador em conjunto (l)	(10.530)	(8.904)
Siemens - Controlador em conjunto (l)	(6.010)	(5.081)
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (l)	(8.150)	(6.890)
	<u>(24.690)</u>	<u>(20.875)</u>
Receitas/Despesas Financeiras - variação cambial sobre contrato subordinado		
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (i)	28.870	-
Siemens Energy – Acionista indireto (i)	(1.370)	-
	<u>27.500</u>	<u>-</u>

Despesas Financeiras - juros sobre contrato subordinado

BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (i)	(5.609)	(5.766)
Siemens Energy – Acionista indireto (i)	(521)	-
Porto do Açu Operações S.A - Investida do acionista (i)	(172)	(210)
	(6.302)	(5.976)
Total	(250.015)	(230.614)

(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do Grupo GNA;

(b) Gastos do compartilhamento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre UTE GNA I x Porto do Açu x Prumo;

(c) Contratos EPC UTE / O&M e LTMP UTE;

(d) Valores referentes ao Contrato de Fornecimento de Gás Natural;

(e) Prestação de serviços na reserva Caruara referente ao controle de mudas;

(f) Serviços portuários da FSRU.

(g) Baixa das Delay Liquidated Damages (indenização referente ao atraso da entrada operação comercial conforme estabelecido em contrato EPC) que foram reconhecidas em junho de 2021, conforme mencionado na nota 29 Outros resultados letra a;

(h) Valor referente a serviços de abastecimento de água industrial no Complexo Industrial do Porto do Açu.

(i) Contratos subordinados referente à: i) Porto do Açu - Contrato de arrendamento do terreno (nota 18), (ii) contrato de *Operation and maintenance* (O&M") e *Long term maintenance plan* ("LTMP") parcela fixa com a Siemens Energy e (iii) contrato de Flexible fee com a BP Global;

(j) Registro de provisão sobre a indenização de seguros danos materiais no montante de R\$ 32.035 na linha de contas a pagar (45.822 em 31 de dezembro de 2022). Em julho de 2023 houve o pagamento de R\$ 19.878 referente a primeira parcela. O montante de R\$ 8.312 da linha de contas a receber são os impostos pagos pela UTE GNA I para troca de peças. A parcela dos impostos pagos pela UTE GNA I serão abatidos dos valores ao final do processo de indenização de seguros;

(k) Reembolso de despesas UTE I x BP Gas referente a 9ª carga do GNL.

(l) Saldo transferido para a nota de passivo de arrendamento (nota 18), uma vez que a Companhia possui contrato de arrendamento com a PdA.

(m) Apropriação dos juros sobre mútuo. Esses mútuos não possuem vencimento e são indexados a 100% CDI. Veja movimentação abaixo:

	Infra	SPIC	Siemens	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	73.171	56.633	41.764	171.568
Juros apropriados	8.904	6.890	5.081	20.875
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.075	63.523	46.845	192.443
Juros apropriados	10.530	8.149	6.011	24.690
Saldo em 31 de dezembro de 2023	92.605	71.672	52.856	217.133

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2023	2022
Diretores		
Pró-labore	(1.861)	(1.137)
Bônus	(4.622)	(2.743)
Benefícios e encargos	(563)	(344)
Total	(7.046)	(4.224)

11 Clientes

	2023	2022
Ativo circulante		
Clientes Nacionais – Mercado Regulado (a)	144.246	123.041
Clientes Nacionais – Mercado de Curto Prazo (b)	58.655	-
Total	202.901	123.041

- (a) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado Regulado;
- (b) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo.

Conforme mencionado na nota explicativa 26, dadas as condições climáticas de extremo calor, que provocaram um aumento elevado na demanda de energia, entre os meses de setembro a dezembro de 2023, GNA I recebeu ordens de despacho do ONS, acarretando recebimento de receita variável durante esse período.

Uma parcela da receita operacional da Companhia é de disponibilidade.

12 Estoques

	2023	2022
Ativo circulante		
Estoque GNL – gás natural liquefeito	70.019	190.515
Estoque MGO – marine gás oil	639	926
Estoque O&M – operação e manutenção	323	323
Total	70.981	191.764

Em 31 de dezembro de 2023 o consumo de GNL e MGO registrados foi de R\$ 152.929 (R\$ 349.440 em 31 de dezembro de 2022). As movimentações do estoque em 2023 e 2022 estão devidamente demonstradas abaixo:

	Estoque GNL	Estoque MGO	Estoque O&M	Redução ao valor realizável líquido de estoques (*)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	89.207	-	-	(22.501)	66.706
Adição	449.891	1.783	323	22.501	474.498
Saída para consumo operação	(348.583)	(857)	-	-	(349.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	190.515	926	323	-	191.764
Adição	31.009	1.137	-	-	32.146
Saída para consumo operação	(151.505)	(1.424)	-	-	(152.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.019	639	323	-	70.981

(*) Com base na sua norma de avaliação de estoque de GNL, a companhia avaliou que para 31 de dezembro de 2023 não há necessidade de provisão para reduzir os estoques de gás natural ao valor líquido de realização.

13 Despesas antecipadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante		
Prêmio de seguros (a)	26.861	44.051
Créditos com terceiros (P&D) (b)	3.067	-
Despesa antecipada - Outras (c)	7.449	-
	<u>37.377</u>	<u>44.051</u>
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros (a)	276	-
Créditos com terceiros (P&D) (b)	-	2.013
	<u>276</u>	<u>2.013</u>

- (a) Prêmios de seguros: riscos de engenharia, responsabilidade civil, transportes, FSRU, fiança, incêndio e garantia;
- (b) Créditos com terceiros (P&D): a composição se dá por serviços de gestão, planejamento, estudo, controle, execução, e consultoria em projetos de P&D. Conforme artigo 2º da Lei 9.991/2020, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico;
- (c) Renovação da comissão de reestruturação das fianças das debêntures.

14 Impostos a recuperar

	2023	2022
Ativo circulante		
Impostos a recuperar		
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	4.406	2.613
PIS / COFINS a recuperar	472	156
ICMS a recuperar	159	83
ISS a recuperar	5	6
Total	5.042	2.858
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	16	16
Total	16	16
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	3	3
Total	3	3

15 Impostos diferidos

15.1 Saldo de impostos diferidos ativos e passivos:

	2023	2022
Impostos diferidos ativos	587.316	466.282
Impostos diferidos passivos	(18.003)	(31.339)
Total	569.313	434.943

15.2 Saldo de impostos diferidos por natureza:

	2023	2022
Prejuízo fiscal e base negativa	587.316	350.426
Despesas pré-operacionais	-	45.375
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	-	26.254
Derivativos marcados a MTM	-	2.560
Diferenças temporárias – resultado financeiro	(10.243)	(2.211)
Diferenças temporárias – IFRS 16	(331)	17.200
Diferenças temporárias outras	(7.429)	(4.661)
Total	569.313	434.943

15.3 Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	229.037	(6.800)	222.237
Despesas pré-operacionais	(12.194)	-	(12.194)
Prejuízo fiscal e base negativa	236.192	-	236.192
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	-	(31.339)	(31.339)
Derivativos marcados a MTM	2.559	6.800	9.359
Diferenças temporárias – resultado financeiro	(2.210)	-	(2.210)
Diferenças temporárias – IFRS 16	17.200	-	17.200
Diferenças temporárias outras	(4.302)	-	(4.302)
Saldo em 31 de dezembro 2022	466.282	(31.339)	434.943
Despesas pré-operacionais	(45.375)	-	(45.375)
Prejuízo fiscal e base negativa	236.890	-	236.890
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	(57.593)	31.339	(26.254)
Derivativos marcados a MTM	(2.560)	-	(2.560)
Diferenças temporárias – resultado financeiro	2.210	(10.243)	(8.033)
Diferenças temporárias – IFRS 16	(17.200)	(331)	(17.531)
Diferenças temporárias outras	4.662	(7.429)	(2.767)
Saldo em 31 de dezembro 2023	587.316	(18.003)	569.313

15.4 Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo contábil antes dos impostos	(590.310)	(601.958)
Alíquota imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (base x alíquota)	200.705	204.667
Adições permanentes:		
Brindes e Patrocínios	(16)	(53)
Gratificação/Bônus retenção	(1.617)	(996)
INSS s/Bônus/Gratificações	(413)	(187)
Licença maternidade (Prorrogação 60 dias)	(18)	(49)
Doações + Impostos incidentes doação	(5)	(32)
Despesas e Multas indedutíveis	(14)	(3)
Correção Transfer Pricing exercício anterior	(4.412)	-
Diferenças temporárias não reconhecidas	(48.566)	-
Créditos fiscais não reconhecidos	(15.009)	-
Total do Imposto de renda e contribuição social do período	130.635	203.347
Diferido	130.635	203.347
Total	130.635	203.347
	(22,13) %	(33,78) %

Estudos técnicos de viabilidade indicam capacidade de recuperação parcial, nos exercícios subsequentes, A companhia detém de base de prejuízo fiscal no montante de R\$588.602, onde reconhece como ativo diferido o montante de R\$587.316. Adicionalmente, a companhia detém de R\$48.565 referente a diferenças temporárias que não estão reconhecidas. Os montantes reconhecidos como ativo diferido correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado, tendo iniciado suas operações em 16 de setembro de 2021.

16 Imobilizado

	Adiantamentos para formação de imobilizado (a)	Benfeitoria em propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento LT / SE	Peças Sobressalente s O&M e LTMP	Imobilizado em operação	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de TI	Total
Saldo em 1º de janeiro 2022	137.746	-	-	110.828	4.572.516	517	151	697	4.822.455
Adições	5.173	1.028	104	15.026	12.884	77	17	90	34.399
Baixas	(99.800)	-	-	-	(35.035)	-	-	-	(134.835)
Transferências	(36.730)	-	2.105	5.413	29.212	-	-	-	-
Depreciação	-	(14)	-	(7.918)	(206.270)	(48)	(18)	(249)	(214.517)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.389	1.014	2.209	123.349	4.373.307	546	150	538	4.507.502
Custo	6.389	1.028	2.209	131.267	4.648.085	687	188	1.316	4.791.169
Depreciação acumulada	-	(14)	-	(7.918)	(274.778)	(141)	(38)	(778)	(283.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.389	1.014	2.209	123.349	4.373.307	546	150	538	4.507.502
Adições	7.257	71	-	9.107	48.726	63	511	367	66.102
Baixas	-	-	-	-	(11.464)	-	-	(5)	(11.469)
Transferências	(3.634)	-	-	3.634	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(51)	-	(6.744)	(208.630)	(56)	(47)	(311)	(215.839)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.012	1.034	2.209	129.346	4.201.939	553	614	589	4.346.296
Custo	10.012	1.099	2.209	144.008	4.685.347	750	699	1.678	4.845.802
Depreciação acumulada	-	(65)	-	(14.662)	(483.408)	(197)	(85)	(1.089)	(499.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.012	1.034	2.209	129.346	4.201.939	553	614	589	4.346.296
Taxa de depreciação	-%	4,00%	-%	4,96%	4,96%	10%	10%	20%	

(a) Adiantamento para formação de imobilizado: O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é composto por valores de adiantamentos feitos para entrega de peças sobressalentes O&M e LTMP.

16.1 Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01–(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia a recuperabilidade dos seus ativos quando existirem indicativos de desvalorização, de forma a verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Em decorrência do voto no STF pela constitucionalidade da contribuição FEEF/FOT, a Companhia procedeu avaliação de recuperabilidade.

Na data base da avaliação a Companhia utilizou o valor em uso tendo como base as premissas listadas abaixo que inclui fatores internos e externos:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 21 anos e 3 meses;
- Taxa de desconto efetiva - considerando o custo médio ponderado de capital "WACC" de 8,59% em 2023 (rolling WACC). O WACC deriva de um custo de capital próprio efetivo "ke" de 12,17% em 2023 (rolling ke) e um custo de capital de terceiros, após desconto de impostos "kd" de 7,07% em 2023 (rolling kd). O Custo de capital próprio, por sua vez, foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos "Unlevere Beta". A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada.

Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da Companhia. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de receitas e custos operacionais, incluindo volume de despacho, para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da Companhia onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo prazo o modelo financeiro da Companhia considera os valores base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em suas premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044.

Em 30 de setembro de 2023, após revisão do teste de Impairment, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da UTE GNA I.

Em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram alterações significativas nas projeções, incluindo premissas macroeconômicas do modelo financeiro, que gerassem novo indicativo para teste de valor recuperável.

17 Intangível

	Direito de comercialização de energia (*)	Licenças de software	Implantação de Sistemas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	29.565	1.469	531	31.565
Adições	-	53	449	502
Transferências	-	537	(537)	-
Amortização	(1.304)	(495)	-	(1.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.261	1.564	443	30.268
Custo	30.000	2.618	443	33.061
Amortização acumulada	(1.739)	(1.054)	-	(2.793)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.261	1.564	443	30.268
Adições	-	-	306	306
Amortização	(1.304)	(532)	-	(1.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.957	1.032	749	28.738
Custo	30.000	2.618	749	33.367
Amortização acumulada	(3.043)	(1.586)	-	(4.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.957	1.032	749	28.738
	23 anos	5 anos	5 anos	

(*) Em 19 de dezembro de 2017, através da resolução autorizativa nº 6.769, a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia à UTE GNA I. Iniciamos a amortização do direito de comercialização de energia após a entrada em operação que ocorreu no dia 16 de setembro de 2021.

18 Direito de uso / Passivo de arrendamento

A movimentação em 31 de dezembro de 2023 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Terreno	Sala comercial	FSRU	Total
Direito de uso				
Saldo em 1º de janeiro de 2022	82.380	1.075	1.090.595	1.174.050
Adições	-	2.185	-	2.185
Baixas	-	(383)	(827.841)	(828.224)
Atualização de índice	8.724	76	-	8.800
Depreciação	(3.687)	(977)	(49.200)	(53.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.417	1.976	213.554	302.947
Atualização de índice	6.692	88	-	6.780
Depreciação	(4.073)	(367)	(10.088)	(14.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	90.036	1.697	203.466	295.199
Passivo de arrendamento				
Saldo em 1º de janeiro de 2022	122.713	1.275	1.491.613	1.615.601
Adições	-	2.185	-	2.185
Baixas	-	(463)	(827.841)	(828.304)
Atualização de índice	8.724	76	-	8.800
Transferência para fornecedores/contas a pagar partes relacionadas	(15.053)	-	(13.031)	(28.084)
Pagamentos	-	(993)	(143.366)	(144.359)
Juros incorridos	13.784	266	155.289	169.339
Variação cambial (nota 30 resultado financeiro)	-	-	(85.670)	(85.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	130.168	2.346	576.994	709.508
Atualização de índice	6.692	88	-	6.780
Principal subordinado - PdA até ano 2022 (*)	18.934	-	-	18.934
Juros subordinado - PdA até ano 2022 (*)	222	-	-	222
Juros subordinado - PdA ano 2023 (*)	174	-	-	174
Pagamentos	-	(611)	(140.891)	(141.502)
Juros incorridos	14.565	309	76.224	91.098
Variação cambial (nota 30 resultado financeiro)	-	-	(39.151)	(39.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	170.755	2.132	473.176	646.063
Circulante	15.799	596	77.109	93.504
Não circulante	154.956	1.536	396.067	552.559

(*) Principal e juros do contrato de pagamento subordinado PdA – O contrato de aluguel do terreno firmado com a Porto do Açú Operações é um compromisso subordinado conforme as cláusulas do contrato de financiamento da Companhia. Em setembro de 2023 foi realizada a transferência do saldo em aberto da nota de partes relacionadas para o grupo de passivo de arrendamento a fim de demonstrar os saldos de acordo com a sua natureza.

Após a análise da aderência à norma IFRS 16, a Companhia identificou os seguintes contratos aderentes:

- (i) Aluguel do terreno firmado com a Porto do Açú Operações S.A (partes relacionadas);
- (ii) Aluguel da sala comercial;
- (iii) Bareboat Charter FSRU.

A Companhia ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxas incrementais específicas para cada contrato conforme a seguir:

Contratos	2023	2022
Sala comercial	14,56%	14,56%
Terreno	11,74%	11,74%
FSRU	15,26%	15,26%

O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

	Sala comercial	Terreno	FSRU
2024	641	16.769	80.477
2025	641	16.769	48.206
2026	641	16.769	61.481
a partir de 2027	953	297.656	1.400.249
Total	2.876	347.963	1.590.413

19 Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante		
Fornecedores nacionais	11.936	35.640
Fornecedores estrangeiros	12.772	1.476
Despesas provisionadas	<u>74.568</u>	<u>89.978</u>
Total	<u>99.276</u>	<u>127.094</u>
Passivo não circulante		
Fornecedores nacionais	<u>39.725</u>	<u>39.725</u>
Total	<u>39.725</u>	<u>39.725</u>

20 Salários e encargos a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante		
Gratificações a pagar	9.374	8.757
Férias	550	926
Encargos sobre férias	555	631
INSS	1.800	1.104
FGTS	162	172
Seguros	-	11
Total	<u>12.441</u>	<u>11.601</u>
Passivo não circulante		
Bônus de retenção	1.670	-
Total	<u>1.670</u>	<u>-</u>

21 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante		
Imposto sobre serviço ("ISS")	156	168
INSS terceiros	211	249
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	1.276	1.101
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	785	933
PIS/COFINS a recolher	28.989	2.265
PIS/COFINS/ CSLL - retenção	182	740
PIS/COFINS s/importação	13	13
Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais ("FECP")	279	-
Total	<u>31.891</u>	<u>5.469</u>

22 Encargos setoriais e benefícios tributários

Os encargos setoriais foram criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam das resoluções ou despachos da ANEEL. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	2023	2022
Passivo circulante		
Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético ("FNDCT")	530	305
Ministério de Minas e Energia ("MME")	266	153
Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")	8.980	-
Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE")	263	182
Contribuição decreto 45.308/2015 (a)	28.056	-
Total	38.095	640
Passivo não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")	-	7.896
Contribuição decreto 45.308/2015 (a)	-	24.292
Total	-	32.188

- (a) Contribuição do decreto 45.308 de 08 de julho de 2015 – Benefício concedido pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, onde foi permitido a isenção da cobrança do ICMS na compra de equipamentos durante o período de construção da Térmica e na aquisição de GNL até 2032. Após a entrada em operação, a Térmica deverá constituir 2% dos gastos variáveis em GNL como uma obrigação a ser designada pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

	Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético ("FNDCT")	Ministério de Minas e Energia ("MME")	Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")	Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE")	Contribuição decreto 45.308/2015 (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.903	952	6.082	-	17.286	26.223
Adição	4.397	2.198	1.253	3.347	7.006	18.201
Pagamento	(5.995)	(2.997)	-	(3.165)	-	(12.157)
Atualização índice (Selic)	-	-	561	-	-	561
Saldo em 31 de dezembro de 2022	305	153	7.896	182	24.292	32.828
Adição	3.960	1.980	2.772	1.189	3.764	13.665
Compensação	-	-	(2.378)	-	-	(2.378)
Pagamento	(3.735)	(1.867)	-	(1.108)	-	(6.710)
Atualização índice (Selic)	-	-	690	-	-	690
Saldo em 31 de dezembro de 2023	530	266	8.980	263	28.056	38.095

23 Empréstimos e financiamentos

Em 20 de dezembro de 2018 a UTE GNA I assinou contratos de financiamento de longo prazo com BNDES, cujos valores foram disponibilizados ao longo dos exercícios de 2019 a 2021. O financiamento do BNDES é garantido pelo KfW IPEX-Bank GmbH (“KfW”) até o repagamento total da dívida.

Em agosto de 2021, a UTE GNA I emitiu debêntures no montante de BRL 1,8 bilhões, com prazo total de 18 anos, carência de 24 meses e vencimento em 15 de julho de 2039, taxa IPCA + 5,92%. A captação das debêntures foi integralmente realizada em 04 de agosto de 2021.

Os empréstimos possuem estrutura de “Project Finance”, garantidos principalmente através de, alienação fiduciária de ativos (equipamentos), das ações da Companhia, das contas vinculadas ao projeto e cessão condicional dos direitos contratuais da Companhia, bem como pelo fluxo de recebíveis de seus contratos de comercialização de energia (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, “CCEAR”). Com a quitação do empréstimo concedido pelo IFC e a emissão de debêntures pela UTE GNA I, as garantias passaram a ser compartilhadas em sua maioria entre o KfW e o agente fiduciário, representando os interesses dos debenturistas da UTE GNA I.

O quadro abaixo demonstra como o financiamento foi estruturado:

Bancos	Moeda	Objetivo	Taxa de juros contratual	Vencimento	Garantias (a)	Linha de crédito total	Taxa efetiva encargos financeiros
BNDES	Real	Investimentos	IPCA + 5,63%	Jan./33	Conta Reserva, Alienação fiduciária e Cessão	1.762.800	IPCA +11,44%
Debêntures	Real	Investimentos	IPCA + 5,92%	Jul./39	Condicional.	1.800.000	IPCA + 6,97 %

- (a) O pacote de garantias é compartilhado em primeiro grau, de forma proporcional e sem qualquer ordem de preferência de recebimento entre os credores seniores, com exceção à cessão condicional oferecida apenas em favor do KfW.

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2022		2023						Total
	Total	Amortização principal	Transferência entre Passivo Circulante e não circulante	Juros apropriados	Juros pagos	Encargos financeiros/Fee apropriados	Encargos financeiros/Fee pagos	Custo de captação Amortização mensal	
Instituições									
BNDES	1.622.569	(86.109)	-	156.584	(158.870)	-	-	-	1.534.174
Custo de captação (BNDES)	(318.249)	-	-	-	-	-	-	31.501	(286.748)
Debêntures	2.173.296	(44.889)	-	225.878	(64.426)	24.681	(23.473)	-	2.291.067
Custo de captação (Debêntures)	(126.094)	-	-	-	-	-	-	10.680	(115.414)
	3.351.522	(130.998)	-	382.462	(223.296)	24.681	(23.473)	42.181	3.423.079
Circulante	3.351.522	(130.998)	(2.875.505)	257.620	(223.296)	24.681	(23.473)	-	380.551
Não Circulante	-	-	2.875.505	124.842	-	-	-	42.181	3.042.528
Total	3.351.522	(130.998)	-	382.462	(223.296)	24.681	(23.473)	42.181	3.423.079

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2021		2022						Total
	Total	Amortização principal	Transferência entre Passivo circulante e não circulante	Juros apropriados	Juros pagos	Encargos financeiros/Fee apropriados	Encargos financeiros/Fee pagos	Custo de captação Amortização mensal	
Instituições									
BNDES	1.800.715	(76.883)	-	191.201	(292.464)	-	-	-	1.622.569
Custo de captação (BNDES)	(349.857)	-	-	-	-	-	-	31.608	(318.249)
Debêntures	1.942.688	-	-	231.383	-	24.377	(25.152)	-	2.173.296
Custo de captação (Debêntures)	(142.503)	-	-	-	-	-	-	16.409	(126.094)
	3.251.043	(76.883)	-	422.584	(292.464)	24.377	(25.152)	48.017	3.351.522
Circulante	325.176	(33.828)	3.062.751	290.662	(292.464)	24.377	(25.152)	-	3.351.522
Não Circulante	2.925.867	(43.055)	(3.062.751)	131.922	-	-	-	48.017	-

Em consonância ao CPC 20 (R1), os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo, desta forma, a Companhia apropriou a parcela de custo de captação e dos juros ao imobilizado em curso até entrada em operação que ocorreu em 16 de setembro de 2021.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamento possuem cláusulas com covenants financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislação ambiental aplicável, restrições quanto a certas mudanças de sua composição acionária, endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio.

Dentre os covenants financeiros está incluída a obrigação de manutenção do índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida (“ICSD”) acima de 1,10 vezes, apurado anualmente ao fim de cada ano, com base nos últimos 12 meses imediatamente anteriores à medição, após 12 meses do início das operações (conforme estabelecido no contato).

Para o exercício de 2023 foi apurado o ICSD de 1,16 vezes, atendendo, portanto, o requerido contratualmente.

24 Provisão para contingências

a) Contingências prováveis

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Processos trabalhistas	279	-
Total	<u>279</u>	<u>-</u>

Esclarece-se que os processos trabalhistas envolvem, respectivamente, disputa legal entre a GNA I e seu funcionário (pleito de indenizatório de periculosidade), bem como e sobre questão sindical (representatividade).

A movimentação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 das contingências prováveis foram:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro 2022	<u>-</u>
Adições	<u>279</u>
Saldo em 31 de dezembro 2023	<u><u>279</u></u>

b) Contingências possíveis

A Administração realiza uma avaliação periódica de processos administrativos e judiciais em que a Companhia possa ser envolvida. A prática de registro contábil de provisão para contingência é baseada na classificação de probabilidade de perda provável, definida pela Administração com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos. Atualmente a Companhia possui dois processos contingentes judiciais, em que consta considerada com réu e com prognóstico de perda provável, no valor total de R\$ 279. Destacamos a existência de casos potenciais não judicializados que eventualmente poderiam transformar-se em processo legais movidos contra a Companhia. Na avaliação de nossos assessores jurídicos internos e externos, estes casos possuem um prognóstico de perda possível. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía R\$ 185.000 (R\$ 155.000 em 31 de dezembro de 2022) relacionados a exposições passivas cuja probabilidade de perda é considerada possível. Detalhamos abaixo a principal exposição existente:

- **Arbitragem Acciona**

A UTE GNA I teve conhecimento da instauração de requerimento de arbitragem no dia 29 de abril de 2021, junto ao Tribunal ICC (International Chamber of Commerce), na qual foi requerida em procedimento instaurado pelas prestadoras de serviço Acciona Construcción e Acciona Industrial, as quais foram contratadas para viabilizar a implantação de projeto do terminal de GNL. Em 20 de janeiro de 2022, a Acciona apresentou as suas “alegações iniciais” onde requerem cerca de R\$ 185.000 (R\$ 155.000 em 31 de dezembro de 2022) para compensar possíveis perdas resultantes da violação de obrigações contratuais. A companhia entende com base no andamento do processo arbitral que haverá atualização do processo até o fechamento do segundo trimestre de 2024.

25 Patrimônio líquido

	2023		2022	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação
GNA Infra	904.086	44,89%	831.185	44,89%
Siemens	445.297	22,11%	409.390	22,11%
SPIC	664.621	33,00%	611.029	33,00%
Total	2.014.004	100,00%	1.851.604	100,00%

Equity cure – Conforme mencionado na nota 1 continuidade operacional referente ao atendimento índice de cobertura de dívida (“ICSD”) do exercício de 2022, os acionistas subscreveram e integralizaram em 20 de abril de 2023 o montante de R\$ 162.400 nas contas de capital social e reserva de capital.

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da companhia é igual a R\$1.007.002 representado por 2.014.004 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 31 de dezembro de 2022 R\$925.802 representado por 1.851.604 ações seguindo as mesmas qualificações anteriores. Movimentação no período, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Acionista			Capital Social
	GNA Infra	Siemens	SPIC	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	415.592	204.695	305.515	925.802
20/04/2023 – Equity Cure	36.451	17.953	26.796	81.200
Saldo em 31 de dezembro de 2023	452.043	222.648	332.311	1.007.002

b. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva de capital da Companhia é de R\$1.007.002 e 31 de dezembro de 2022 R\$925.802, onde a GNA Infra possui o montante de R\$452.043, Siemens R\$222.648 e a SPIC R\$332.311. Movimentação no período, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Acionista			Reserva de capital
	GNA Infra	Siemens	SPIC	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	415.592	204.695	305.515	925.802
20/04/2023 – Equity Cure	36.451	17.953	26.796	81.200
Saldo em 31 de dezembro de 2023	452.043	222.648	332.311	1.007.002

c. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. No período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo não havendo constituição de reserva legal.

d. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

e. Outros resultados abrangentes

Os saldos que compõe outros resultados abrangentes são relacionados ao reconhecimento da marcação a mercado do hedge *accounting*, imposto diferido reconhecido dessas marcações a mercado.

26 Receita líquida de serviços

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando é possível retratar a transferência de bens e ou serviços, neste caso o fornecimento de energia, podendo ser confiavelmente mensurados.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita por disponibilidade, geração e comercialização de energia elétrica (faturada e provisionada) e pela venda de energia no mercado de curto prazo, ambiente CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), que estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. O prazo de vigência do contrato de autorização é de 23 anos, encerrando em maio de 2044.

No exercício de 2023, a companhia apurou receita variável no período de junho, referente ao comissionamento da turbina a vapor, após manutenção programada do equipamento, e entre os meses de setembro a dezembro de 2023, dadas as condições climáticas de extremo calor, que provocaram um aumento elevado na demanda de energia, recebendo ordens de despacho do ONS durante esse período.

A composição da receita líquida da Companhia é conforme quadro abaixo:

	2023	2022
Receita bruta		
Mercado Regulado	1.065.348	982.807
Mercado de Curto Prazo	60.631	287.324
Total	1.125.979	1.270.131
Encargos sobre faturamento		
PIS/COFINS - Mercado Regulado	(98.546)	(90.910)
ICMS/FECP - Mercado Regulado	(16.852)	(21.347)
Encargos setoriais - Mercado Regulado	(9.354)	(8.518)
PIS/COFINS - Mercado Curto Prazo	(5.609)	(26.578)
Encargos setoriais - Mercado Curto Prazo	(545)	(2.473)
	(130.906)	(149.826)
Receita líquida	995.073	1.120.305

27 Custos de bens e/ou serviços prestados

	2023	2022
Consumo operação GNL (a)	(151.505)	(348.583)
Serviços operacionais	(298.820)	(261.752)
Depreciação e amortização	(229.286)	(267.077)
Impostos, multas e taxas	(135.716)	(130.330)
Despesas gerais e manutenção	(45.024)	(8.055)
Seguros	(46.719)	(43.644)
Pessoal	(5.451)	(5.627)
Consultoria e auditoria	(2.039)	(3.968)
Outros serviços de terceiros	(5.519)	(4.515)
Serviços administrativos	(4.947)	(4.755)
Despesas ambientais e fundiárias	(4.214)	(1.099)
TI e Telecom	(1.580)	(670)
Comunicação e assuntos institucionais	(159)	(713)
Consumo operação MGO (b)	(1.424)	(857)
Viagens	(68)	(77)
	(932.471)	(1.081.722)

- (a) Parcela do consumo de estoque GNL para operação conforme informado na nota 12.
- (b) Parcela do consumo de estoque MGO para operação conforme informado na nota 12.

28 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Pessoal	(17.915)	(16.740)
TI e Telecom	(2.182)	(2.235)
Depreciação e amortização	(2.166)	(2.944)
Consultoria e auditoria	(4.241)	(3.082)
Despesas jurídicas	(16.069)	(6.191)
Outras	(3.085)	(3.077)
Total	(45.658)	(34.269)

29 Outras despesas e receitas

	2023	2022
Outras receitas		
Imobilizado	5	-
Seguros	20.134	-
Outras	9	173
	20.148	173
Outras despesas		
Impostos	(1.862)	-
Imobilizado	(98)	-
Impacto Liquidated damage (a)	(101.640)	-
	(103.600)	-
Outros resultados	(83.452)	173

- (a) Após finalização das negociações comerciais junto ao EPC do projeto, a companhia reconheceu em junho de 2023, uma baixa de parte do recebível das *Delay Liquidated Damages* referentes à indenização pelo atraso da entrada operação comercial conforme estabelecido em contrato EPC no montante líquido de R\$ 101.640.

30 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(382.462)	(422.584)
Encargos financeiros	(24.681)	(24.377)
Custo de transação	(42.181)	(48.017)
Juros de arrendamento	(91.075)	(169.241)
Perda em operações de Hedge (NDF)	(94.183)	(30.668)
Comissões e corretagens	(18.655)	(30.533)
Juros sobre mútuos	(24.690)	(20.875)
IOF	(1.969)	(2.759)
Juros e multas contratos subordinados	(6.302)	(5.976)
Juros e multas	(23.071)	(956)
Despesas bancárias	(21)	(37)
Despesa variação cambial de arrendamento	(55.480)	(258.471)
Outras	(710)	(15.042)
	(765.480)	(1.029.536)
Receitas financeiras		
Receita variação cambial de arrendamento	94.631	344.141
Variação cambial	38.215	13.679
Juros sobre aplicações financeiras	18.730	11.527
Variação monetária - Títulos Públicos	1.823	427
Juros e multas recebidas	112	192
Outras	-	196
Ganho em operações de Hedge (NDF)	87.941	30.110
Variação financeira - IPCA	-	40
Descontos obtidos	44	15
Juros ativos ou auferidos	193	168
	241.689	400.495
Resultado financeiro líquido	(523.791)	(629.041)

31 Gestão de riscos financeiros

a. Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos de mercado, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Riscos	Origem da exposição	Gestão	Valores 2023	Valores 2022
Risco de mercado - taxa de câmbio	Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de hedge com NDF.	Montante total de NDF contratada R\$ 168.038 Montante NDF para contas a pagar de partes relacionadas R\$ 61.857 Montante NDF contratada para fornecedores estrangeiros R\$ 23.300 Montante NDF contratada para contrato de arrendamento em moeda estrangeira R\$ 82.881	Montante total de NDF contratada R\$ 91.257 Montante NDF contratada para contas a receber partes relacionadas R\$ 140.254 Montante NDF contratada para fornecedores estrangeiros R\$ 18.072 Montante NDF contratada para contrato de arrendamento em moeda estrangeira R\$ 87.817
Risco de mercado – Taxa de juros	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo CDI e IPCA e aplicações financeiras.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.	Montante de Empréstimos e financiamentos R\$ 3.423.079 Montante de Aplicações financeiras R\$ 63.387	Montante de Empréstimos e financiamentos R\$ 3.351.522 Montante de Aplicações financeiras R\$ 48.248
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo	Montante de compromissos assumidos R\$ 11.257.329	Montante de compromissos assumidos R\$ 12.713.2560
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias e adiantamentos a fornecedores.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.	Montante de contas a receber partes relacionadas R\$ 14.734 Montante depósito bancário vinculado R\$ 96.883	Montante de contas a receber partes relacionadas R\$ 149.631 Montante depósito bancário vinculado R\$ 108.650

b. Gestão de risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seus saldos a pagar de fornecedores estrangeiros e partes relacionadas com exposição cambial durante a fase de construção e operação, para que não afete seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2023, operações de hedge cambial.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um contrato de arrendamento em moeda estrangeira, referente ao período operacional, no montante de USD 97.872 (31 de dezembro de 2022 USD 113.081), no qual o montante de USD 83.829 (31 de dezembro de 2022 USD 97.928) não possui proteção via operações de hedge.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contratos de pagamentos subordinados com a Siemen Energy, referente ao Operation and maintenance (O&M") e Long term maintenance plan ("LTMP") no montante de USD 3.774 (31 de dezembro de 2022 USD 2.012) e com a BP, referente ao Flexible fee no montante de USD 77.748 (31 de dezembro de 2022 USD 42.378) nos quais não possuem proteção via operações de hedge.

As estratégias de hedge cambial são descritas no item 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras e custo de dívida.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principal ponto o hedge das dívidas em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 63.387 (31 de dezembro de 2022 R\$ 48.248) e depósitos bancários vinculados de R\$ 96.883 (31 de dezembro de 2022 R\$ 108.650).

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	6 a 12 meses	2025	2026	2027	2028 em diante
Fornecedores	139.001	139.001	68.753	30.523	39.725	-	-	-
Contas a Pagar – partes relacionadas	650.303	650.303	41.610	102.436	75.939	126.564	303.754	-
Mútuos - partes relacionadas	217.133	217.133	-	-	-	86.853	115.080	15.200
Empréstimos	3.423.079	7.132.566	167.887	193.644	375.138	360.138	370.276	5.665.483
Passivos de arrendamento	646.063	1.941.252	64.882	33.005	65.616	78.891	49.219	1.649.639
Passivos financeiros derivativos								
Non- deliverable Forwards (NDF)	(19.354)	-	(16.951)	-	(2.403)	-	-	-

d. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com saudável qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco BTG Pactual	AAAbr	brAAA	AAA
Banco Bradesco	AAAbr	brAAA	AAA
Banco ABC	AA+br	brAAA	AAA
BR Partners	AA-	-	AA-
Banco BV	AAbr	brAAA	-
BNP	AAbr	A+	AA-
Citibank	-	-	AAA
Santander	AAAbr	brAAA	-
Banco Itaú	AAAbr	-	AAA
Banco do Brasil	AAAbr	BB-	BB

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia.

Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2023	2022
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalente de caixa	186.580	93.592
Depósito bancário vinculado	96.883	108.650
Instrumentos financeiros derivativos	(12.219)	(1.865)

e. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente.

Programa de hedge das Non-deliverable Forward - NDF

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar e Euro.

	2023	2022
Ativo		
Circulante	-	3.667
Total do Ativo	-	3.667
Passivo		
Circulante	16.951	8.091
Não circulante	2.403	-
Total do Passivo	19.354	8.091
Outros resultados abrangentes	(12.219)	(1.865)
Total do patrimônio líquido	(12.219)	(1.865)
Ganho (Perda) Operações de Hedge - Provisão (i)	(841)	-
Total do Resultado Financeiro	(841)	-
Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no imobilizado	129.517	118.053
Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no resultado	(27.585)	(59.434)
Total Ganho (Perda) Hedge	101.932	58.619

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, o valor de 841 trata-se de marcação a mercado do componente ineficaz registrado no resultado financeiro.

NDF	NDF contratada		Marcação a		Valor a
	em R\$		mercado (MTM)		receber/recebido
	2023	Vencimento (ano)	2023	2022	ou a pagar/pago
Termo USD	-	2023	-	(4.884)	(6.952)
Termo USD	120.074	2024	(16.110)	-	-
Termo USD	19.146	2025	(2.403)	-	-
Termo EUR	28.818	2024	(841)	509	(9.169)
Líquido			(19.354)	(4.375)	(16.121)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge *accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado (Receita/Despesa financeira). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado e custos em contas apropriadas (Hedge liquidado) quando os itens protegidos forem efetivamente realizados. O ganho/perda nas operações de hedge são as marcações a mercado registradas mensalmente de todos os títulos protegidos.

A Companhia documenta no início da operação de hedge accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de hedge e documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de hedge são eficazes.

f. Análise de sensibilidade

As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- **Cenário II:** considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- **Cenário III:** considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade das exposições cambiais e de índices, a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (BRL)	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
NDF							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,6815	(139.220)	(18.513)	(49.159)	(79.179)
Item protegido: parte de desembolso em EUR	Euro	Queda do euro	5,5534	(28.818)	(841)	(7.842)	(14.834)
Exposição líquida				(168.038)	(19.354)	(57.001)	(94.013)

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (BRL)	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
Passivo de arrendamento IFRS 16 USD	Dólar	Alta do dólar	4,8413	(405.840)	39.151	(101.460)	(202.920)
Exposição líquida				(405.840)	39.151	(101.460)	(202.920)

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (BRL)	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
Contrato de pagamentos subordinados							
Contrato de <i>Operation and maintenance</i> (O&M") e <i>Long term maintenance plan</i> ("LTMP") com a Siemens Energy	Dólar	Alta do dólar	4,8413	(18.273)	1.370	(4.568)	(9.136)
Contrato de Flexible fee com a BP Global	Dólar	Alta do dólar	4,8413	(376.402)	28.870	(94.100)	(188.201)
Exposição líquida				(394.674)	30.240	(98.669)	(197.337)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros nas aplicações financeiras que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (BRL) (Base 2023)	Rendimento bruto no cenário provável (BRL)	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
						(BRL)	(BRL)
Aplicações de renda fixa	CDI	Queda de juros	11,65%	63.387	7.384	(1.846)	(3.692)

Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos instrumentos de derivativos, denominados *Non-Deliverable Forward* (NDF), contratados pela UTE GNA I, utilizamos as taxas de mercado obtidas no site da B3, sendo elas (i) Real x USD (ii) Real x Euro. Para esta precificação, consideramos a data de fechamento do período contábil em análise.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		298.197	298.197	351.873	351.873
Caixa e equivalente de caixa	2	186.580	186.580	93.592	93.592
Depósito bancário vinculado	2	96.883	96.883	108.650	108.650
Contas a receber – partes relacionadas	2	14.734	14.734	149.631	149.631
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		5.075.579	5.075.579	4.994.645	4.994.645
Fornecedores	2	139.001	139.001	166.819	166.819
Contas a pagar - partes relacionadas	2	650.303	650.303	574.353	574.353
Mútuo – partes relacionadas	2	217.133	217.133	192.443	192.443
Empréstimos e financiamentos	2	3.423.079	3.423.079	3.351.522	3.351.522
Passivos de arrendamento	2	646.063	646.063	709.508	709.508
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente e resultado financeiro		(19.354)	(19.354)	(4.375)	(4.375)
<i>Non-deliverable forwards</i> (NDF) - Instrumento de Hedge	2	(19.354)	(19.354)	(4.375)	(4.375)

Não houve transferências de Nível 2 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Métodos e técnicas de avaliação

- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas – Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Fornecedores – A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.
- Empréstimos e financiamentos – Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratar de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.
- Instrumentos derivativos – Para cálculo da marcação a mercado – MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI segundo a curva de DI futuro da BM&F.

32 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2023	2022
Property / BI	2.426.233	2.608.850
CBI - FSRU	406.431	1.445.996
Terrorismo	309.843	1.346.167
Responsabilidade Civil - Operação	193.652	208.708
Transporte de Equipamentos Importados	37.801	44.533
Responsabilidade Civil (Escritório e Funcionários)	-	10.000
Garantia Fiança - Locação	-	1.711
Incêndio (property do escritório)	-	6.000
Responsabilidade Civil (Operador Portuário)	121.033	229.579
Responsabilidade Civil (Ambiental)	10.500	10.500
Transporte GNL	152.501	130.443
Garantia Aduaneira	1.683	907

33 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$ 11.257.329 (R\$ 12.713.256 em 31 de dezembro de 2022), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras e operação da Termelétrica.

Ativo	2023	2022	Descrição
Imobilizado/Intangível			
Adiantamentos para formação de imobilizado	1.359	2.062	Manutenção e qualidade do Ar, serviço de vigilância, consultorias, estudos e projetos.
Obras em andamento e equipamentos em construção	-	455	Gastos referente ao término da obra da térmica.
Peças Sobressalentes - Manutenção	925.915	974.947	Peças de substituição e manutenção da Térmica e gastos com a importação.
Intangível	2.446	1.301	Licenças de sistemas.
Total Imobilizado/Intangível	929.720	978.765	
Direito de uso	-	497.946	Land Lease - PDA
Total Direito de uso	-	497.946	
Total Ativo	929.720	1.476.711	
Resultado			
Custos	10.207.123	11.138.483	Contratos de operação da térmica, operações do FSRU.
Despesas Gerais e Administrativas	92.115	66.769	Gastos com viagens e estadias, consultoria para TI, assessoria financeira, despesas com escritório, benefícios para funcionários.
Custos de Transações (Despesas Financeiras)	28.371	31.293	Gastos atrelados aos Financiamentos, Debêntures.
Total Resultado	10.327.609	11.236.545	
Total Geral	11.257.329	12.713.256	

34 Eventos subsequentes

- **Capital de giro**

Em 03 de janeiro de 2024 a UTE GNA I obteve a título de capital de giro do banco ABC o montante de R\$ 150.000 com o vencimento para janeiro de 2025.